

aprova
concursos

PC-MG

Escrivão de Polícia

Polícia Civil do
Estado de
Minas Gerais



Edital **verticalizado**

1 - PROGRAMA DE LÍNGUA PORTUGUESA

1.1 Interpretação e compreensão de textos

- 1.1.1 Identificação de tipos textuais: narrativo, descritivo e dissertativo.
- 1.1.2 Critérios de textualidade: coerência e coesão.
- 1.1.3 Recursos de construção textual: fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos.
- 1.1.4 Gêneros textuais da Redação Oficial.
 - 1.1.4.1 Princípios gerais.
 - 1.1.4.2 Uso dos pronomes de tratamento.
 - 1.1.4.3 Estrutura interna dos gêneros: ofício, memorando, requerimento, relatório, parecer.

1.2 Conhecimentos linguísticos

- 1.2.1 Conhecimentos gramaticais conforme padrão formal da língua.
- 1.2.2 Princípios gerais de leitura e produção de texto. Intertextualidade. Tipos de discurso. Vozes discursivas: citação, paródia, alusão, paráfrase, epígrafe.
- 1.2.3 Semântica: construção de sentido; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia; denotação e conotação; figuras de linguagem.
- 1.2.4 Pontuação e efeitos de sentido.
- 1.2.5 Sintaxe: oração, período, termos das orações; articulação das orações: coordenação e subordinação; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal.

Referências bibliográficas:

- MENDES, Gilmar Ferreira; FORSTER JÚNIOR, Nestor José. **Manual de redação da Presidência da República** / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília: Presidência da República, 2018. 189 p. ISBN 978-85-85142-96-4. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-darepublica/manual-de-redacao.pdf> Acesso em: 28 set. 2021.
- NICOLA, José de. **Gramática da palavra, da frase, do texto**. São Paulo: Scipione, 2010.
- SACCONI, Luiz Antônio. **Nossa gramática completa: teoria e prática**. São Paulo: Nova Geração, 2011.

2 - PROGRAMA LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

2.1 Lei Estadual n.º 5.406, de 16 de dezembro de 1969

- 2.1.1 Livro V - Estatuto do servidor policial civil
 - 2.1.1.1 Título XVII - Regime Disciplinar
 - 2.1.1.1.1 Capítulo I - Transgressões Disciplinares
 - 2.1.1.1.1.1 Seção I - Classificação
 - 2.1.1.1.1.1.2 Seção II - Causas e Circunstâncias que Influem no Julgamento
 - 2.1.1.1.1.2 Capítulo II - Penalidades
 - 2.1.1.1.1.3 Capítulo III - Competência para Imposição de Penalidades
 - 2.1.1.1.1.4 Capítulo IV - Prisão Administrativa e Suspensão Preventiva
 - 2.1.1.1.1.5 Capítulo V - Procedimento Administrativo
 - 2.1.1.1.1.5.1 Seção I - Instauração do Processo
 - 2.1.1.1.1.5.2 Seção II - Sindicância
 - 2.1.1.1.1.5.3 Seção III - Comissões Processantes Permanentes
 - 2.1.1.1.1.6 Capítulo VI - Atos e Termos Processuais
 - 2.1.1.1.1.7 Capítulo VII - Processo por Abandono de Cargo ou Função
 - 2.1.1.1.1.8 Capítulo VIII - Revisão de Processo Administrativo
 - 2.1.1.1.2 Capítulo II - Penalidades
 - 2.1.1.1.3 Capítulo III - Competência para Imposição de Penalidades
 - 2.1.1.1.4 Capítulo IV - Prisão Administrativa e Suspensão Preventiva
 - 2.1.1.1.5 Capítulo V - Procedimento Administrativo
- 2.1.2 Livro VI - Disposições Finais e Transitórias

2.2 Lei Complementar Estadual n.º 129, de 08 de novembro de 2013

- 2.2.1 Título I - Disposições Gerais
 - 2.2.1.1 Capítulo I - Disposições Preliminares
 - 2.2.1.2 Capítulo II - Da Competência
- 2.2.2 Título II - Da Organização
 - 2.2.2.1 Capítulo I - Da Estrutura Orgânica
 - 2.2.2.2 Capítulo II - Da Administração Superior
 - 2.2.2.2.1 Seção I - Da Chefia da PCMG
 - 2.2.2.2.2 Seção II - Da Chefia Adjunta da PCMG
 - 2.2.2.2.3 Seção III - Do Conselho Superior da PCMG
 - 2.2.2.2.3.1 Subseção I - Do Órgão Especial
 - 2.2.2.2.3.2 Subseção II - Da Câmara Disciplinar
 - 2.2.2.2.3.3 Subseção III - Da Câmara de Planejamento e Orçamento
 - 2.2.2.2.4 Seção IV - Da Corregedoria-Geral de Polícia Civil

- 2.2.2.3 Capítulo III - Da Administração
 - 2.2.2.3.1 Seção I - Do Gabinete da Chefia da PCMG
 - 2.2.2.3.2 Seção II - Da Academia de Polícia Civil
 - 2.2.2.3.3 Seção III - Do Departamento de Trânsito de Minas Gerais
 - 2.2.2.3.4 Seção IV - Da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária
 - 2.2.2.3.5 Seção V - Da Superintendência de Informações e Inteligência Policial
 - 2.2.2.3.6 Seção VI - Da Superintendência de Polícia Técnico-Científica
 - 2.2.2.3.7 Seção VII - da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças
- 2.2.3 Título III - Do Estatuto dos Policiais Civis
 - 2.2.3.1 Capítulo I - Das Prerrogativas
 - 2.2.3.2 Capítulo II - Dos Direitos
 - 2.2.3.2.1 Seção I - Dos Direitos dos Policiais Civis
 - 2.2.3.2.2 Seção II - Das Indenizações e das Gratificações
 - 2.2.3.3 Capítulo III - Da Remoção
 - 2.2.3.4 Capítulo IV - Do Regime de Trabalho do Policial Civil
 - 2.2.3.5 Capítulo V - Das Licenças, dos Afastamentos e das Disponibilidades
 - 2.2.3.5.1 Seção I - Das Licenças
 - 2.2.3.5.2 Seção II - Dos Afastamentos e das Disponibilidades
 - 2.2.3.6 Capítulo VI - Da Aposentadoria, dos Proventos e da Pensão Especial
 - 2.2.3.6.1 Seção I - Da Aposentadoria
 - 2.2.3.6.2 Seção II - Dos Proventos
 - 2.2.3.6.3 Seção III - Da Pensão Especial
 - 2.2.4 Título IV - Das Carreiras Policiais Civis
 - 2.2.4.1 Capítulo I - Disposições Gerais
 - 2.2.4.2 Capítulo II - Do Ingresso
 - 2.2.4.3 Capítulo III - Do Estágio Probatório
 - 2.2.4.4 Capítulo IV - Do Desenvolvimento na Carreira
 - 2.2.4.5 Capítulo V - Do Adicional de Desempenho
 - 2.2.5 Título V - Disposições Finais
 - 2.2.6 Anexo I (a que se refere o art. 77 da Lei Complementar nº129, de 8 de novembro de 2013)
 - 2.2.7 Anexo II (a que se refere o § 1º do art. 79 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013)
 - 2.2.8 Anexo III (a que se refere o art. 108 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013)

Referências bibliográficas:

- Lei Estadual n.º 5.406, de 16 de dezembro de 1969 e suas alterações.
- Lei Complementar Estadual n.º 129, de 08 de novembro de 2013 e suas alterações.

3 - PROGRAMA DE NOÇÕES DE DIREITO

3.1 Direito Administrativo

- 3.1.1. Administração Pública.
 - 3.1.1.1 Conceito e princípios.
 - 3.1.1.2 Administração pública direta e indireta.
- 3.1.2 Agentes públicos.
 - 3.1.2.1 Conceito.
 - 3.1.2.2 Classificação (espécie).
 - 3.1.2.3 Cargo Público, emprego público e função pública.
 - 3.1.2.4 Direitos e deveres.
 - 3.1.2.5 Responsabilidade administrativa, civil e penal.
- 3.1.3 Lei 8.429/92 e alterações (Lei de improbidade administrativa).
- 3.1.4 Poderes da Administração Pública:
 - 3.1.4.1 Poder hierárquico.
 - 3.1.4.2 Poder Disciplinar.
 - 3.1.4.3 Poder Regulamentar.
 - 3.1.4.4 Poder de Polícia.
- 3.1.5 Fatos e atos administrativos:
 - 3.1.5.1 Conceito.
 - 3.1.5.2 Requisitos do ato administrativo.
 - 3.1.5.3 Atributos do ato administrativo.
 - 3.1.5.4 Classificação.
 - 3.1.5.5 Revogação e anulação.
- 3.1.6 Serviços públicos:
 - 3.1.6.1 Conceito.
 - 3.1.6.2 Princípios.
- 3.1.7 Responsabilidade civil do Estado.
- 3.1.8 Regime jurídico administrativo.

3.2 Direito Civil

- 3.2.1 Da personalidade e da capacidade.
- 3.2.2 Dos direitos da personalidade.
- 3.2.3 Da pessoa jurídica.
- 3.2.4 Responsabilidade jurídica.
- 3.2.5 Fato jurídico.
- 3.2.6 Negócios jurídicos.

- 3.2.6.1 Conceito.
- 3.2.6.2 Vícios: Erro, dolo, culpa e coação.
- 3.2.7 Relações de parentesco.

3.3 Direito Constitucional

- 3.3.1 Conceito.
- 3.3.2 Princípios Fundamentais.
- 3.3.3 Direitos e Garantias Fundamentais.
- 3.3.4 Direitos Individuais.
- 3.3.5 Direitos Coletivos.
- 3.3.6 Direitos Sociais.
- 3.3.7 O Estado.
 - 3.3.7.1 Conceito.
 - 3.3.7.2 Elementos que compõem o Estado.
 - 3.3.7.3 Finalidade do Estado.
 - 3.3.7.4 Organização do Estado
- 3.3.8 Funções essenciais à Justiça.
- 3.3.9 Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

3.4 Direito Penal

- 3.4.1 Princípios penais constitucionais.
- 3.4.1 Tempo e lugar do crime.
- 3.4.2 Contagem de prazo.
- 3.4.3 Conceito de crime e seus elementos.
- 3.4.4 Concurso de pessoas:
 - 3.4.4.1 Autoria.
 - 3.4.4.2 Participação.
- 3.4.5 Ação penal
 - 3.4.5.1 Classificação.
 - 3.4.5.2 Condições.
- 3.4.6 Dos crimes em espécie:
 - 3.4.6.1 Crimes contra a pessoa.
 - 3.4.6.2 Crimes contra o patrimônio.
 - 3.4.6.3 Crimes contra a dignidade sexual.
 - 3.4.6.4 Crimes contra a Administração Pública.

3.5 Direito Processual Penal

- 3.5.1 Direitos e garantias processuais penais.
- 3.5.2 Investigação criminal policial- Inquérito Policial (artigos 4º ao 23º do CPP).
- 3.5.3 Ação Penal (artigos 24º ao 62º do CPP);
- 3.5.4 Prisão cautelar:
 - 3.5.4.1 Prisão em flagrante: Tipos e espécies de flagrante.
- 3.5.5 Teoria geral da prova penal.
 - 3.5.5.1. Cadeia de custódia.

Referências bibliográficas

Constituição da República Federativa do Brasil;
Constituição do Estado de Minas Gerais;
Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;
Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92);
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90);
Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90);
Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95);
Lei de Tortura (Lei 9.455/97);
Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97);
Lei Maria da Penha "atualizada" (Lei 11.340/06);
Lei Antidrogas (Lei 11.343/06);
Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/19);
Pacote Anticrime (Lei 13.964/19);
Crime de perseguição (Lei 14.132/20);
Lei de fraudes eletrônicas (Lei 14.155/21);
Código Penal Brasileiro, com suas alterações;
Código Civil Brasileiro, com suas alterações;
Código de Processo Penal Brasileiro, com suas alterações.

4 - PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS

- 4.1 Teoria Geral dos Direitos Humanos.
- 4.2 O processo histórico de construção e afirmação dos Direitos Humanos.
- 4.3 A estrutura normativa do sistema global e do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos.

- 4.4 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos.
- 4.5 Democracia, cidadania e Direitos Humanos.
- 4.6 Direitos Humanos, minorias e grupos vulneráveis: mulheres, idosos, crianças e adolescentes, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoa com deficiência, LGBTQIA+, refugiados.
- 4.7 Política Nacional de Direitos Humanos.
- 4.8 Educação e cultura em Direitos humanos.
- 4.9 Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- 4.10 Segurança pública e Direitos Humanos.

Referências bibliográficas

- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos humanos, segurança pública e promoção da justiça. Passo Fundo: Berthier, 2004.
- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2021.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

5 - PROGRAMA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- 5.1 Sistema Operacional Windows 10.
- 5.2 Microsoft Word 2016: Edição e formatação de textos.
- 5.3 LibreOffice Writer 7.1.6: Edição e formatação de textos.
- 5.4 Microsoft Excel 2016: Elaboração, cálculos e manipulação de tabelas e gráficos.
- 5.5 LibreOffice Calc 7.1.6: Elaboração, cálculos e manipulação de tabelas e gráficos.
- 5.6 Microsoft PowerPoint 2016: estrutura básica de apresentações, edição e formatação.
- 5.7 LibreOffice Impress 7.1.6: estrutura básica de apresentações, edição e formatação.
- 5.8 Microsoft Outlook 2016: Correio Eletrônico.
- 5.9 Google Chrome 93.x ou superior: Navegação na Internet.
- 5.10 Segurança: Tipos de vírus, Cavalos de Tróia, Malwares, Worms, Spyware, Phishing, Pharming, Ransomwares, Spam.

Referências bibliográficas

- Documentação do Microsoft Office 2016.

Documentação do LibreOffice 7.1.6.
Documentação do Microsoft Windows 10.
Documentação do Chrome 93.x ou superior.

6 - PROGRAMA DE NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

- 6.1 Criminologia: conceito, cientificidade, objeto, método, sistema e funções.
- 6.2 Fundamentos históricos e filosóficos da Criminologia: precursores, Iluminismo e as primeiras escolas sociológicas. Marcos científicos da Criminologia. A escola liberal clássica do Direito Penal e a Criminologia positivista.
- 6.3 A Moderna Criminologia científica: modelos teóricos explicativos do comportamento criminal. Biologia criminal, Psicologia Criminal e Sociologia Criminal.
- 6.4 Teoria Estrutural-Funcionalista do desvio e da anomia.
- 6.5 Teoria das Subculturas Criminais.
- 6.6 Do "Labeling Approach" a uma criminologia crítica.
- 6.7 A sociologia do conflito e a sua aplicação criminológica.
- 6.8 Sistema penal e reprodução da realidade social.
- 6.9 Cárcere e marginalidade social.
- 6.10 Modelo consensual de Justiça Criminal.
- 6.11 Criminologia, policiamento e segurança pública no século XXI.

Referências bibliográficas

- BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2017.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SCHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia, 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

7 - PROGRAMA DE NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

- 7.1 Perícias e Peritos.
 - 7.1.1 Documentos médico-legais.
 - 7.1.2 Quesitos oficiais.
 - 7.1.3 Perícias médicas.
 - 7.1.4 Ética médica e pericial.
 - 7.1.5 Legislação sobre perícias médico-legais.
- 7.2 Antropologia Médico-legal.
 - 7.2.1 Identidade e identificação.
 - 7.2.2 Identificação judiciária.
- 7.3 Traumatologia Médico-legal.
 - 7.3.1 Lesões corporais sob o ponto de vista jurídico.
 - 7.3.2 Energias de Ordem Mecânica.
 - 7.3.3 Energias de Ordem Química, cáusticos e venenos, embriaguez, toxicomanias.
 - 7.3.4 Energias de Ordem Física: Efeitos da temperatura, eletricidade, pressão atmosférica, radiações, luz e som.
 - 7.3.5 Energias de Ordem Físico-Química: Asfixias em geral. Asfixias em espécie: por gases irrespiráveis, por monóxido de carbono, por sufocação direta, por sufocação indireta, por afogamento, por enforcamento, por estrangulamento, por esganadura, por soterramento e por confinamento.
 - 7.3.6 Energias de Ordem Biodinâmica e Mistas.
- 7.4 Tanatologia Médico-legal.
 - 7.4.1 Tanatognose e cronotanatognose.
 - 7.4.2 Fenômenos cadavéricos.
 - 7.4.3 Necropsia, necropsia.
 - 7.4.4 Exumação.
 - 7.4.5 "Causa mortis".
 - 7.4.6 Morte natural e morte violenta.
 - 7.4.7 Direitos sobre o cadáver.
- 7.5 Sexologia Médico-legal.
 - 7.5.1 Crimes contra a dignidade sexual e provas periciais.
 - 7.5.2 Gravidez, parto, puerpério, aborto, infanticídio.
 - 7.5.3 Reprodução assistida.
 - 7.5.4 Transtornos da sexualidade e da identidade sexual.
- 7.6 Psicopatologia Médico-legal.
 - 7.6.1 Imputabilidade penal e capacidade civil.
 - 7.6.2 Limite e modificadores da responsabilidade penal e capacidade civil.
 - 7.6.3 Repercussões médico-legais dos distúrbios psíquicos.
 - 7.6.4 Simulação, dissimulação e supersimulação.

- 7.6.5 Embriaguez alcoólica.
- 7.6.5.1 Alcoolismo.
- 7.6.5.2 Aspectos jurídicos.
- 7.6.6 Toxicoflias.

Referências bibliográficas

- FRANÇA, GENIVAL VELOSO. Medicina Legal. 11ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan Ltda, 2017.
- HERCULES, HYGINO DE CARVALHO. Medicina Legal – Textos e Atlas. 2ª ed., São Paulo: Editora Atheneu, 2014. CÓDIGO PENAL BRASILEIRO (atualizado).
- Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código Processo Penal – atualizado).
- CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA (atualizado)



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br